



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016945-62.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
 Requerente: **Condominio Residencial Tecumseh Village**
 Requerido: **Emilson Perassoli Silveira**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Proc. nº 1.772/13

Vistos, etc.

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL TECUMSEH VILLAGE, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança contra EMILSON PERASSOLI SILVEIRA, também qualificado, alegando que o requerido é proprietário da unidade nº 11, daquele condomínio, conforme certidão de matrícula nº 98.356, do Cartório de Registro de Imóveis que instruiu o pedido inicial, sendo assim responsável pelas despesas condominiais mensais devidas ao requerente.

Ocorreu que o requerido não efetuou o pagamento das parcelas vencidas, referentes aos meses de maio a dezembro de 2012, bem como fevereiro a agosto de 2013, o que implicou no débito vencido e não resgatado no valor de R\$836,17 (*oitocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos*), conforme planilha juntada aos autos; de modo que, esgotados os meios amigáveis de recebimento da dívida, requereu fosse o réu condenado ao pagamento do valor indicado, devidamente corrigido, acrescido das parcelas vencidas no curso da ação, nos termos do art. 290, do CPC, além dos encargos de sucumbência.

O réu, regularmente citado e intimado (*fls. 17*) não ofereceu resposta, quedando-se inerte.

O autor, então, pugnou pelo julgamento antecipado da ação e pela aplicação da pena de revelia, reputando-se verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, haja vista ter sido o réu devidamente advertido acerca da necessidade de apresentação de resposta; e pela procedência da ação, com a condenação do réu ao pagamento do débito devidamente corrigido, além dos encargos de sucumbência.

É o relatório.

DECIDO.

A causa envolve questão patrimonial. Logo, de rigor a aplicação dos efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na petição inicial, pois que assim consignado no mandado de citação e não tendo o réu apresentado resposta (*cf. art. 319, Código de Processo Civil*).

Tem-se então como acolhido o valor das despesas condominiais, atualizado até a propositura da ação, em R\$836,17 (*oitocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos*), em conformidade com planilha de *fls. 06*.

Sobre este valor deverá ser aplicada correção monetária com base nos índices do INPC, e juros moratórios de 1,0% ao mês, a contar da citação.

Tratando-se a presente ação de cobrança de prestações periódicas, nos termos do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

quanto disposto no art. 290, do CPC, arcará ainda o réu com o valor das prestações vencidas e não pagas no curso do processo, desde que devidamente comprovadas, as quais deverão ser incluídas na condenação, podendo ser executadas as vencidas até a data de início da execução do julgado.

Sucumbindo, caberá ainda ao réu, o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizada.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, CONDENO o réu, EMILSON PERASSOLI SILVEIRA, a pagar ao autor, CONDOMÍNIO RESIDENCIAL TECUMSEH VILLAGE, a importância de R\$836,17 (*oitocentos e trinta e seis reais e dezessete centavos*), acrescida de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, além do valor das prestações vencidas e não pagas no curso do processo, desde que devidamente comprovadas, as quais deverão ser incluídas na condenação, podendo ser executadas as vencidas até a data de início da execução do julgado; e CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 22 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**